



ACÓRDÃO Nº337/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº11297/2017.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS

4- Exercício: 2016

5- Responsável: Itamar de Oliveira Mar (Ordenador de Despesa)

6- Advogado: Não Possui

7- Unidade Técnica: DICAMB e DICAMM

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 8413/2022-DIMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS. Exercício de 2016.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS (U.G: 280101), referente ao exercício de 2016, de responsabilidade do **Senhor Itamar de Oliveira Mar**, Secretário Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS e Ordenador de Despesas, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

10.2. Dar quitação ao Senhor Itamar de Oliveira Mar, Secretário Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS e Ordenador de Despesas, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.



ACÓRDÃO Nº337/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.3. Determinar À ORIGEM que, nos termos do §2º, do art. 188, do RITCE, evite a ocorrência das impropriedades, em futuras prestações de contas:

3.1. Ausência de valores de Disponibilidade Financeira (R\$ 0,00) e o Resto a Pagar de 2016 (**R\$ 623.385,35**) expressos no Balanço Financeiro e na Relação de Restos a Pagar constantes na Prestação de Contas, ausência de apresentação de justificativas quanto à insuficiência de saldo disponível para o exercício seguinte e do valor necessário para quitar os Restos a Pagar, conforme dispõe o art. 42 da LC nº. 101/2000;

3.2. A SEMMAS efetuou pagamentos correspondentes a Restos a Pagar de exercícios anteriores no montante total de R\$ 635.329,93. Analisando-se estes desembolsos, foi possível inferir que os pagamentos decorreram do poder discricionário do gestor, considerando que todos os credores já efetuaram a entrega do bem ou serviço, aguardando tão somente o pagamento pelo cumprimento da obrigação;

3.3. Estabelecendo o cotejamento entre as informações constantes no Balanço Patrimonial e no Inventário Anual Físico Financeiro de Bens Patrimoniais, verificou-se divergência nas contas de Bens Móveis e de Depreciação Acumulada;

3.4. Ausência de justificativa do pagamento de juros e multa no montante total de R\$35.625,74 perante o INSS sobre os serviços prestados junto à empresa Legítima Serviços de Proteção, Segurança e Vigilância Patrimonial Ltda. (R\$ 26.148,12) - ME e Conserge Construção e Serviços Gerais Ltda. (R\$ 9.477,62), uma vez que o recolhimento do INSS sobre notas fiscais de serviço são de responsabilidade do tomador de serviço, conforme artigo 31, da Lei nº. 8.212/1991;

3.5. Em análise dos Termos Aditivos referentes a serviços de controle de pragas e ao Termo de Contrato de Serviço de Limpeza, respectivamente das empresas ARMASETO e CONSERGE, verificou-se nos autos dos processos apresentados in loco que houve prorrogações de prazo com acréscimo de valor fundamentado no Art. 57, II. Contudo, em análise dos contratos, cláusulas I a XX, não há previsão expressa no contrato original de que se trata de serviço continuado, bem como previsão de prorrogação com base no art. 57, II da Lei 8.666/93;

3.6. Ausência de justificativa para inconsistência contida na Nota de Empenho nº 00502/2016, pois a mesma não se encontrava no valor total da despesa correspondente à data de início dos serviços até o final do exercício, contrariando o artigo 60, §3º, da Lei nº. 4320/1964 e o artigo 7º, §3º, inciso III, da Lei nº. 8.666/1993;

3.7. Ao estabelecer o cotejamento entre as informações abstraídas do Sistema de Gerenciamento Vale Card com as normas e procedimentos



ACÓRDÃO Nº337/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

constante no Decreto nº 610/2010 constatou-se inconsistências no que tange ao uso dos veículos de responsabilidade da SEMMAS, contrariando assim, o III do artigo 9º do Decreto nº 0610 de 26/07/2010;

3.8. Ausência de esclarecimentos sobre como ocorre o trâmite para o pagamento das multas;

3.9. Ausência de informação sobre quem foi o responsável pela quitação das referidas multas e a apresentação dos respectivos comprovantes de pagamento;

3.10. Ausência de justificativa sobre o motivo por que tais servidores não realizavam seus registros de ponto eletrônico, em descumprimento ao que estabelece a Portaria nº 113/13 – GS/SEMMAS;

3.11. As referidas “Folhas de Frequências Individuais” apresentavam a hora e minuto exatos/idênticos tanto no registro de entrada quanto no registro da saída em todos os dias do mês, apresentando indícios de que o servidor assinava e preenchia o formulário somente em data certa de toda a frequência mensal;

3.12. Certificou-se que a “Folha de Frequência Individual” encontrava-se na própria “gaveta” de cada servidor. E que, devido a tal fato, não era possível que se aferisse se os funcionários estavam de fato ausentes ou presentes no local de trabalho. Ou seja, não havia pessoa designada/responsável para controlar as frequências;

3.13. A cessão de servidores não é compatível com o exercício da função de confiança ou cargo comissionado, não podendo o administrador público abusar da prerrogativa constitucional, nomeando os servidores nos referidos cargos comissionados para, posteriormente, cedê-los a outro órgão/entidade/poder;

3.14. Ausência do formulário e “Folha de Frequências Individual” nos meses do ano de 2016 nas pastas funcionais, bem como verificou-se ausência da “Assinatura e carimbo chefe da divisão de Gestão de Pessoas DIGP/DAF” nas indigitadas frequências.

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 6ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 7 de Março de 2023



ACÓRDÃO Nº337/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

13- Especificação do quorum: Conselheiros:Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra.Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral